



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 9 9990-3179

por@pormassas.org - fb.com/massas.por - pormassas.org

Em defesa do Hospital do Servidor Público Estadual - IAMSPE

Que Doria atenda as reivindicações dos trabalhadores do hospital Que as centrais e sindicatos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios

Há muito, vem piorando as condições de trabalho e de atendimento no Hospital do Servidor Público Estadual, que, no passado, era tido como referência entre os hospitais da capital. A precarização no atendimento, tanto no hospital da capital, como as redes credenciadas na Grande São Paulo, nas cidades do interior e CEAMAS, vem piorando muito, nesses dois últimos anos, particularmente durante a Pandemia. Muitos aposentados deixaram de ser atendidos, apesar dos descontos nos salários, mas o repasse não chega até o IAMSPE. A rede credenciada em várias cidades deixou de atender os usuários do IAMSPE, por falta de pagamento do governo do estado. As empresas prestadoras de serviço demoram nas marcações de consultas e exames. Além desses problemas, faltam funcionários, equipes médicas e de enfermagem e especialistas.

A situação se agravou, com o avanço da terceirização. O governo Doria/PSDB impõe a terceirização para cortar gastos com a Saúde pública, reduzindo sua responsabilidade na contratação de funcionários, na manutenção dos laboratórios, e no fortalecimento de equipes especializadas médicas e enfermeiras. A terceirização é o mecanismo para impor a privatização completa do hospital público. Assim, no interior do hospital, criou-se uma diferenciação entre funcionários efetivos e funcionários contratados (terceirizados). Para a mesma função, os salários são diferentes. Denúncias de servidores efetivos apontam que os valores dos plantões são diferenciados. Como se vê, a precarização do hospital público e a terceirização fazem parte da política do governo, que é a de reduzir ao máximo a responsabilidade do estado com a sustentação da Saúde pública, e avançar na privatização.

Por outro lado, os servidores públicos, em particular o enorme contingente de trabalhadores da Educação, têm, em seus holerites, um alto desconto para o IAMSPE. No entanto, parte é excluída do direito de usar o hospital, como é o caso dos aposentados; milhares de professores contratados (categoria O) sequer têm esse direito; outros milhares de professores efetivos não têm como utilizar, porque moram e trabalham fora da capital e dos locais de atendimento do hospital.

Enquanto Doria comparecia como o defensor da “Vida”, durante toda a Pandemia, o Hospital do Servidor Público enfrentava as piores condições para atendimento das vítimas da Covid-19 e de outras enfermidades. Não por acaso, não faltaram denúncias dos funcionários das dificuldades, quase sobre-humanas, para acolher os doentes, que incluem as estafantes jornadas, os baixos salários, e a precarização das condições de trabalho.

A Corrente Proletária faz um firme combate em defesa do IAMSPE. Denuncia a política de Doria de, cada vez mais, arrancar esse direito dos servidores públicos. Rechaça a terceirização, e defende que o governo contrate todos os terceirizados, com os mesmos direitos dos efetivos. Exige a contratação imediata de funcionários. Que atenda urgentemente as reivindicações dos trabalhadores do hospital do servidor. E que expanda o atendimento para todas as cidades do estado, para que todo o servidor público tenha esse direito garantido, não mais precisando recorrer à capital para consultas, tratamentos e cirurgias.

A Corrente Proletária também defende que as contribuições e a gestão do Hospital do Servidor Público estejam sob o controle de quem trabalha e utiliza os serviços. Chega de deixar nas mãos do governo essa fábula de arrecadação, e ter em troca um hospital precarizado e semiprivatizado.

Para defender essas reivindicações, é preciso a unidade de funcionários efetivos e terceirizados. E, fundamentalmente, da luta conjunta com outros setores do funcionalismo, que também enfrentam o congelamento salarial, a terceirização e a destruição de antigos direitos. O método para enfrentar o governo privatizante é a ação coletiva e direta, por meio de manifestações massivas, greves e bloqueios. Daí a rejeição aos métodos parlamentares e eleitorais. O atendimento das reivindicações não virá com a troca de um governo burguês por outro governo burguês, virá da luta de classes. Nesse sentido, a Corrente Proletária defende que as direções das centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como preparação para a greve geral.